

RECURSO ESPECIAL Nº 1.864.932 - SP (2020/0053964-8)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : MDT COMERCIO DE MARMORES - EIRELI
ADVOGADO : HENRIQUE SERAFIM GOMES E OUTRO(S) - SP281675
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MARCIO AURÉLIO FERNANDES DE CESARE -
ES SP312158
BRUNO ROBERTO LEAL E OUTRO(S) - SP329019

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **MDT COMÉRCIO DE MÁRMORES LTDA**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 10ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 361/365e):

MULTAS DE TRÂNSITO. Capital. Pessoa jurídica. Ausência de indicação do condutor do veículo. Art. 257, § § 7º e 8º do CTB. Notificação da autuação. Art. 281, II do CTB. Dupla notificação. Competência. 1. Dupla notificação. IRDR nº 2187472-23.2017.8.26.0000. A Turma Especial de Direito Público deste Tribunal no julgamento do IRDR nº 0056229-24.2016.8.26.0000, 10-8-2018, Rel. Torres de Carvalho, por maioria, fixou a tese de que “Os art. 280 e 281 da LF nº 9.503/97 de 23-9-1997 não se aplicam à sanção pela não indicação de condutor prevista no art. 257 § 7º e 8º, assim dispensada a lavratura de autuação e consequente notificação. Tal dispositivo e a Resolução CONTRAN nº 710/17 não ofendem o direito de defesa”; esse é o entendimento a ser aplicado. Embora o acórdão não tenha transitado em julgado, não há notícia de concessão de efeito suspensivo aos recursos especiais interpostos. 2. Competência para autuação. A autora não nega o cometimento das infrações e não há que se alegar incompetência da municipalidade, pois o art. 24 prevê a fiscalização do trânsito a ser por ela exercida, constituindo-se a sanção do art. 257, § 8º do CTB como acessória. A sentença proferida nesta ação está de acordo com o decidido no IRDR e não comporta reparo. Improcedência. Apelo desprovido.

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos arts. 257, § 8º, 280, 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro, alegando-se, em síntese, que "sem a “notificação” não se caracteriza a ciência do proprietário quanto ao cometimento da infração de trânsito, não

basta que o proprietário a cometa, ou seja, não basta que o proprietário deixe de preencher o formulário de indicação de condutor para se consumir a penalidade prevista no art. 257, § 8º do CTB, é necessário e obrigatório que o órgão autuador realize a notificação de autuação, no prazo previsto no art. 281, inciso I do CTB, sob pena de arquivamento e seu registro julgado insubsistente. Ademais, é obrigação do órgão autuador realizar a verificação quanto a regularidade e consistência do Auto de Infração, tal ato é o primeiro direito de defesa do autuado, pois o mesmo pode ser considerado irregular ou inconsistente, também sob pena de arquivamento e seu registro julgado insubsistente" (fl. 381e).

Com contrarrazões (fls. 415/419e), o recurso foi admitido (fls. 420/422e).

Feito breve relato, decidido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, c, e 255, III, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

A controvérsia central do recurso envolve a possibilidade de aplicação de multa à pessoa jurídica proprietária de veículo, fundamentada na ausência de indicação do condutor responsável pela infração, com observância (ou não) da dupla notificação, conforme estabelecido pelos artigos 280, 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro.

No que se refere às infrações, o Código de Trânsito Brasileiro, em seu art.

257, §§ 7º e 8º, prevê a aplicação de **nova multa** ao proprietário de veículo registrado em nome de pessoa jurídica quando não há a identificação do condutor infrator no prazo determinado, *in verbis*:

Art. 257. As penalidades serão impostas ao condutor, ao proprietário do veículo, ao embarcador e ao transportador, salvo os casos de descumprimento de obrigações e deveres impostos a pessoas físicas ou jurídicas expressamente mencionados neste Código.

§ 7º Não sendo imediata a identificação do infrator, o proprietário do veículo terá quinze dias de prazo, após a notificação da autuação, para apresentá-lo, na forma em que dispuser o CONTRAN, ao fim do qual, não o fazendo, será considerado responsável pela infração.

§ 8º Após o prazo previsto no parágrafo anterior, não havendo identificação do infrator e sendo o veículo de propriedade de pessoa jurídica, será lavrada nova multa ao proprietário do veículo, mantida a originada pela infração, cujo valor é o da multa multiplicada pelo número de infrações iguais cometidas no período de doze meses.

Trata-se de infração de trânsito que decorre de descumprimento de obrigação anterior, ou seja, há uma relação de acessoriedade entre as ofensas.

No entanto, as duas violações são autônomas em relação à necessidade de notificação da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração, sendo concedido o devido prazo para defesa em cada caso.

No caso, verifico que o acórdão recorrido está em confronto com orientação desta Corte segundo a qual as normas dos arts. 280, 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro incidem no procedimento de imposição de multa por ausência de identificação do responsável pela condução do veículo por ocasião do cometimento de infração de trânsito.

Nessa linha:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. MULTA POR AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DE VEÍCULO DE PROPRIEDADE DE PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE DUPLA NOTIFICAÇÃO. HONORÁRIOS. REDIMENSIONAMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A obrigatoriedade da dupla notificação prevista nos arts. 280, 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro aplica-se no procedimento de imposição de multa por ausência de identificação do responsável pela condução do veículo por ocasião do cometimento de infração de trânsito.

III - Honorários advocatícios de sucumbência. Redimensionamento.

IV - Recurso Especial provido.

(REsp 1736145/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 20/08/2018)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. APLICAÇÃO DE MULTA. AUTUAÇÃO E NOTIFICAÇÃO. REQUISITOS LEGAIS. NULIDADE RECONHECIDA PELA CORTE DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DAS PREMISSAS DO ARESTO RECORRIDO. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I - Ação originária ajuizada para anular multa imposta à pessoa jurídica decorrente de falta de indicação do condutor do veículo.

II - A jurisprudência desta Corte tem entendimento no sentido de que, no "processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração". Súmula n. 312/STJ.

III - Acrescente-se que é pacífica a jurisprudência deste Tribunal no sentido de que a aferição da nulidade de auto de infração, bem como da presença dos requisitos essenciais à sua validade, conduz necessariamente ao reexame do conjunto fático-probatório do autos, medida inexequível na via da instância especial, haja vista o óbice da Súmula n. 7/STJ.

IV - . Agravo interno improvido

(AgInt no AREsp 906.113/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 8.3.2017).

No voto condutor do precedente acima, constam os seguintes excertos relevantes para a matéria aqui debatida:

A controvérsia encontra-se estabelecida na anulação de multa de trânsito aplicada em razão da não identificação do condutor, ao argumento de que excedido o prazo de 30 (trinta) dias para notificação.

Segundo consignado na análise monocrática, a jurisprudência desta Corte tem entendimento no sentido de que, no "processo administrativo para imposição de multa de trânsito, são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração", tendo sido editado, inclusive, o verbete sumular n. 312.

No processo administrativo para imposição de multa de trânsito são necessárias as notificações da autuação e da aplicação da pena decorrente da infração.

Cometida a infração, o infrator é comunicado de que será aberto contra

ele processo administrativo, cabendo-lhe trazer, de imediato, os fatos extintivos ou impeditivos que possam desfazer a autuação.

Após essa notificação, com ou sem a defesa, passa-se ao julgamento da autuação. Julgada a autuação com os elementos nela contidos e levando em conta a defesa prévia, se apresentada, pode haver o arquivamento ou a sua manutenção, hipótese em que será expedida uma segunda notificação, cientificando o infrator da aplicação da penalidade, para que, inclusive, possa ele recorrer no prazo de trinta dias.

Outrossim, temos ainda o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. MULTA POR AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DE VEÍCULO DE PROPRIEDADE DE PESSOA JURÍDICA. NECESSIDADE DE DUPLA NOTIFICAÇÃO (AUTUAÇÃO DA INFRAÇÃO E POSTERIOR IMPOSIÇÃO DE MULTA).

1. Controverte-se sobre acórdão que reformou a sentença do juízo de primeiro grau para anular a imposição de penalidade por ausência de indicação do condutor do veículo. 2. A Corte local consignou que, embora seja possível aplicar multa à pessoa jurídica proprietária de veículo, fundamentada na ausência de indicação do condutor responsável pela infração à legislação, é obrigatório observar a necessidade de dupla notificação: "a primeira que se refere à autuação da infração e a segunda sobre a aplicação da penalidade, conforme estabelecido pelos artigos 280, 281 e 282 do CTB" (fls. 249-250, e-STJ).

3. Reconheceu que, não obstante essa multa não tenha por fato gerador uma infração de trânsito, "cuida-se de uma infração ao Código de Trânsito Brasileiro e não há nesta legislação qualquer exceção à aplicação" do procedimento estabelecido nos arts. 280 a 282 do CTB.

4. Com base nesse entendimento, anulou a imposição da multa porque: a) não foi respeitado o prazo para notificação da autuação (30 dias da data em que verificado que a proprietária não identificou o condutor); e b) na realidade, somente houve uma notificação, isto é, a da imposição da pena (quando seria obrigatória, como acima dito, notificar a empresa da autuação por infração ao dever de identificar o condutor do veículo).

5. O STJ já examinou o tema aqui discutido, concluindo que a norma dos arts. 280, 281 e 282 do CTB se aplica à imposição de multa por ausência de identificação do responsável pela condução do veículo por ocasião do cometimento de infração de trânsito. Precedente: AgInt no AREsp 906.113/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJe 8.3.2017.

6. Recurso Especial não provido.

(REsp 1666665/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 19/06/2017).

Superior Tribunal de Justiça

No mesmo sentido, as decisões monocráticas da 1ª Turma: ARESP n. 1.255.108/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 12.04.2018 e ARESP n. 1.280.000/SP, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 30.04.2018.

Portanto, resta configurada a procedência dos pedidos, para o fim de anular todos os autos de infrações por não indicação do condutor, uma vez que não preenchido o pressuposto administrativo da dupla notificação.

Por fim, tratando-se de recurso sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, considerada a fundamentação apresentada e caracterizada a hipótese de provimento de recurso, de rigor o redimensionamento dos honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 2º, para fixá-los em 10% (dez por cento) do valor da causa.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, c, e 255, III, ambos do RISTJ, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial, para anular os autos de infrações por não indicação do condutor que não foram preenchidos pelo pressuposto da dupla notificação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora